

## **CONVENÇÃO COLETIVA 2025/2027**

Pelo presente instrumento, firmam **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, de um lado a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DA BAHIA - FECOMÉRCIO/BA**, e do outro lado o **SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIMEV-BA**, neste ato representado por seus respectivos Presidentes, todos devidamente autorizados por suas respectivas Assembleias, nos termos das Cláusulas que seguem, que aceitam e mutuamente se obrigam, a saber:

1

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE** - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2027 e a data-base da categoria em 1º de março.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As partes convenientes se reunirão entre os meses de janeiro e março de 2026, para rever as correções aplicáveis as cláusulas econômicas da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA** - A presente Convenção Coletiva abrangerá a categoria dos médicos veterinários das empresas de *pet shop*, canis, gatis, clínicas veterinárias, banho e tosa, escolas de adestramento e hotéis para animais domésticos pertencentes às áreas inorganizadas em sindicatos da categoria econômica no Estado da Bahia.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL** - A partir da assinatura do presente instrumento coletivo de trabalho, fica garantido o seguinte piso salarial:

a) R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para os Médicos Veterinários diplomados pelos cursos universitários de 04 (quatro) anos ou mais, para carga horária diária de 6 (seis) horas trabalhadas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para cargas horárias superiores a 6 (seis) horas diárias haverá o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da hora normal sobre as horas excedentes.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS DESCONTOS POR DANOS** - Ajusta-se a possibilidade de o empregador descontar nos salários do empregado os danos por ele causados ao seu patrimônio e de terceiros, desde que comprovada a sua culpa.

**CLÁUSULA QUINTA - TRABALHO NOS FERIADOS** - Fica ajustado que, na vigência dessa convenção, os empregados que laborarem em dias de feriados, terão bonificação de R\$ 60,00 (sessenta reais) a ser paga no mesmo dia, a título de liberalidade, de natureza indenizatória.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados que laborarem em dias de feriados receberão a remuneração do dia, em dobro, salvo se o empregador conceder outro dia de folga, caso em que será paga o valor normal da hora trabalhada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Além da bonificação estabelecida no item anterior, os empregados, sem distinção, terão direito a perceber o fornecimento de vale-transporte, desde que o município possua transporte público regulamentado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em dias de feriados, os empregados poderão laborar com possibilidade de 02 (duas) horas extras, a serem pagas com adicional no percentual de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A folga compensatória poderá ser concedida em até 12 (doze) meses da data em que ocorreu o feriado e, se não houver a compensação no prazo estipulado, prevalecerá o pagamento como horas extras.

**CLÁUSULA SEXTA - TRABALHO AOS DOMINGOS** - Na forma da legislação aplicável, fica definido o trabalho aos domingos, nas condições a seguir enumeradas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados que laborarem em dias de domingos receberão a remuneração do dia, em dobro, salvo se o empregador conceder outro dia de folga, caso em que será paga o valor normal da hora trabalhada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Além da bonificação estabelecida no item anterior, os empregados, sem distinção, terão direito a perceber o fornecimento de vale-transporte, desde que o município possua transporte público regulamentado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em dias de domingos, os empregados poderão laborar com possibilidade de 02 (duas) horas extras, a serem pagas com adicional no percentual de 70% (setenta por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO:** O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez, no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A folga compensatória poderá a ser concedida em até 12 (doze) meses da data em que ocorreu o labor no domingo e, se não houver a compensação no prazo estipulado, prevalecerá o pagamento como horas extras.

**CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (TRIÊNIO):** A título de gratificação por tempo de serviço, as empresas pagarão aos seus empregados, para cada 03 (três) anos de efetivo serviço ao mesmo empregador, 1% (um por cento) do respectivo salário, limitado o benefício a 03 (três) períodos.

**CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** - As entidades sindicais convenientes instituem, neste ato, a manutenção do **Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal**, doravante denominado simplesmente “**PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**”, com intuito de proporcionar a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho o usufruto das benesses viabilizada pelo referido **AUXÍLIO**.

A partir da vigência desta CCT, fica acordado que para a viabilidade de manutenção dos benefícios contemplados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, caberá as empresas empregadoras o pagamento mensal do **AUXÍLIO** no valor de **R\$ 31,90 (trinta e um reais e noventa centavos)** por trabalhador com contrato de trabalho ativo, valor este, revertido em completo benefício da classe trabalhadora representada pelo Sindicato Laboral. O **PLANO** será implementado e gerido pelo Sindicato Laboral através de uma empresa especializada denominada “**Gestora**”, que conjuntamente com os demais fornecedores por ele contratados, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT.

BENEFÍCIO	DESCRIÇÃO, COBERTURAS e CARACTERÍSTICAS
<b>Plano Odontológico*</b>	<p>Cobertura conforme Rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS (Agência Nacional de Saúde):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Urgência</li> <li>• Diagnóstico</li> <li>• Prevenção</li> <li>• Restauração</li> <li>• Tratamento de canal</li> <li>• Odontopediatria</li> <li>• Radiologia</li> <li>• Cirurgias</li> <li>• Tratamento de gengiva</li> <li>• Prótese (bloco, coroa e pino)</li> </ul> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cobertura Nacional</li> <li>• Sem Perícia</li> <li>• Isenção Total de Carências</li> </ul>
<b>Indenização por Morte Qualquer Causa**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coberturas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Morte Natural ou Acidental – Limite Máximo de Indenização de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)</li> <li>- Invalidez Permanente Total ou Parcial* por Acidente** – Limite Máximo de Indenização de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)</li> <li>- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença – Limite Máximo de Indenização de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)</li> </ul> </li> </ul> <p>*Em caso de <b>invalidez parcial</b>, a Seguradora pagará uma indenização de acordo com a tabela estabelecida nas condições gerais do seguro.</p> <p>**Acidentes decorrentes de trabalho ou acidentes pessoais.</p>
<b>Auxílio Funeral**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funeral Individual (morte natural ou acidental) – Limite Máximo de Indenização de R\$ 3.300,00</li> <li>• Envio de Cesta Básica pelo período de 06 meses (em caso de morte por qualquer causa) no valor de – R\$ 150,00 em favor dos beneficiários do seguro de vida.</li> </ul>

<p><b>Assistência Natalidade**</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega de cartão magnético no valor de R\$ 600,00</li> <li>• Quando do nascimento do filho do titular, o mesmo deverá entrar em contato com a central de atendimento em até 60 (sessenta) dias e deverá enviar a certidão de nascimento.</li> <li>• A assistência natalidade é prestada pela seguradora quando o nascimento do filho ocorre a partir ou posterior a data de ativação do titular no plano de benefícios.</li> <li>• Limite de acionamento de 01 vez ao ano, por titular. Em caso de nascimento de Gêmeos, será acrescido o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a partir do segundo gêmeo.</li> </ul>
<p><b>Assistência Pessoal**</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Serviço de Chaveiro para Acesso ao domicílio por Eventos Emergenciais</b> Mão de obra do Prestador até R\$ 100,00 (cem reais) por Evento nos casos de quebra, perda ou roubo das chaves Até, no máximo, 02 (dois) acionamentos por ano. Não está prevista para o serviço de Chaveiro a troca de segredos de portas, fechaduras tetra ou eletrônica.</li> <li>• <b>Encanador por Eventos Emergenciais</b> Mão de obra do Prestador até R\$ 100,00 (cem reais) por Evento Até, no máximo, 02 (dois) acionamentos por ano. O serviço será prestado exclusivamente em tubulação aparente, bem como não será coberto a execução de mão de obra em canos de ferro e/ou cobre.</li> <li>• <b>Eletricista por Evento Emergencial</b> Mão de obra do Prestador até R\$ 100,00 (cem reais) por Evento Até, no máximo, 02 (dois) acionamentos por ano.</li> <li>• <b>Faxineira em caso de Internação Médica</b> Se, em caso de sinistro ou determinação médica for necessária a hospitalização do Segurado por um período superior a 2 (dois) dias, a prestadora de serviços assumirá os gastos de uma faxineira, indicada pelo Segurado, até o limite de R\$ 80,00 (oitenta reais) por dia, limitado a um período máximo de 3 (três) dias.  Até, no máximo, 01 (um) acionamento por ano.  A solicitação de reembolso só poderá ser realizada em até 30 dias após o início da Internação, mediante apresentação de laudo médico.</li> <li>• <b>Assistência Nutricional – Atendimento remoto</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coleta de Dados</li> <li>- Orientação Calórica</li> <li>- Recordatório 24 horas</li> <li>- Planejamento Alimentar</li> </ul> </li> </ul>

	<p>- Pensamento em Nutrição</p> <p>Para todos os serviços, o horário de funcionamento estabelecido é:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Horário de Atendimento: 24 (vinte e quatro) horas;</li> <li>✓ Horário de Prestação de Serviço: 24 (vinte e quatro) horas.</li> </ul>
<b>Assistência Automóvel**</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Chaveiro (serviço prestado para chaves convencionais)</b> Envio do prestador para abertura de veículo em casos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Chave trancada no interior do veículo,</li> <li>- Perda ou roubo da chave</li> <li>- Quebra da chave na porta do veículo.</li> </ul> <p>Até, no máximo, 01 (um) acionamento por ano.</p> <p>Para acionamento deste Serviço, o Cliente deverá apresentar: (i) documentos que comprovem a propriedade do Veículo; e (ii) documento pessoal do Cliente, com foto, para a devida identificação deste.</p> </li> <li>• <b>Auxílio Pane Seca</b> Reabastecimento no local, ou em caso de inviabilidade, reboque do Veículo do Local do Evento até o Posto de Abastecimento mais próximo. Até, no máximo, 01 (um) acionamento por ano.</li> <li>• <b>Troca De Pneus</b> Envio de prestador para troca de pneu, e em caso de inviabilidade, a remoção do veículo até 100 km (cem quilômetros) contados do Local do Evento até seu Destino. Até, no máximo, 1 (um) acionamento por ano.</li> </ul> <p>Para todos os serviços, o horário de funcionamento estabelecido é:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Horário de Atendimento: 24 (vinte e quatro) horas;</li> <li>✓ Horário de Prestação de Serviço: segunda à sexta-feira das 8h às 18h (exceto feriados).</li> </ul>
<b>Telemedicina***</b>	<p><b>Serviço de TeleConsulta - Online</b></p> <p>Acesso ao serviço de agendamento de Teleconsulta de segunda a sexta das 07 às 19:00 na especialidade de Clínico Geral com encaminhamento para outras especialidades conforme abaixo, sempre que o Clínico julgar necessário:</p> <p>Clínico Geral / Ortopedia / Cardiologia / Oftalmologia / Otorrinolaringologia / Endocrinologia / Pneumologia / Mastologia / Nefrologia / Endocrinologia / Dermatologia / Urologia / Geriatria / Neurologia / Ginecologia e Obstetrícia / Gastroenterologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para utilizar o serviço o usuário Titular deverá ligar para 4000-1640 para Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 836 8836 para demais localidades de segunda à sexta das 7h às 19h.</li> <li>• Após o agendamento, o usuário receberá via e-mail, SMS ou WhatsApp, as informações de data, horário e orientações para acesso ao atendimento. O link de acesso ao atendimento será</li> </ul>

	<p>enviado via e-mail, SMS ou WhatsApp, 10 minutos antes do horário agendado;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• É de responsabilidade do USUÁRIO acessar a plataforma na data e horário agendados previamente (com limite máximo de 5 minutos de tolerância de atraso), com uma conexão estável de internet.</li> <li>• Caso o USUÁRIO faça o agendamento e não compareça no horário marcado, será considerado como falta, sendo suspenso este serviço por 30 dias corridos, para agendamento de uma nova Teleconsulta.</li> </ul> <p><b>O beneficiário também poderá acessar este serviço através do aplicativo da Gestora.</b></p>
<b>Programa Conta Digital Saúde***</b>	<p><b>Rede de Saúde – Conta Saúde - Exames com descontos diferenciados.</b></p> <p>Programa Conta Digital Saúde garante, único e exclusivamente, o acesso a uma ampla rede credenciada de Clínicas e Laboratórios para serviços de exames com descontos expressivos em relação aos valores praticados de forma particular.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O usuário Titular poderá solicitar o agendamento de exames através do Aplicativo da Gestora, ou através dos canais de atendimento deste serviço.</li> <li>• Para consultar a rede credenciada, valores de exames, carregar com crédito a conta digital saúde e realizar o agendamento de procedimentos, o usuário deverá entrar em contato através do telefone 4000-1640 para Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 836 8836 para demais localidades de segunda à sexta das 7h às 19h.</li> </ul> <p><b>O EXAME É DE CUSTO DO TITULAR, MESMO QUE SEJA PRESCRITO POR MEIO DE ATENDIMENTO ONLINE.</b></p>
<b>Consultas Subsidiadas***</b>	<p><b>Consultas com +50 especialidades disponíveis por um preço ESPECIAL e agendamento GARANTIDO.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O empregado terá acesso a consultas presenciais com médicos especialistas dentro da rede credenciada por um valor fixo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) cada consulta.</li> </ul> <p><b>COMO ACIONAR O SERVIÇO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para utilizar o serviço o usuário Titular deverá solicitar o agendamento da consulta presencial via Aplicativo da Gestora, ou através dos canais de atendimento deste serviço. O agendamento será realizado em até 02 (dois) dias úteis.</li> <li>• O usuário receberá via e-mail e/ou WhatsApp, as instruções para pagamento do valor da consulta e opções de atendimento disponíveis. Escolhida a opção de atendimento, o usuário titular que solicitou a consulta receberá por e-mail e/ou WhatsApp as instruções para o atendimento na clínica.</li> <li>• O valor da consulta será por conta do usuário Titular e deverá ser pago previamente a data da consulta.</li> </ul>

	Canais de atendimento: 4000-1640 para Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 836 8836 para demais localidades, de segunda à sexta das 7h às 19h.  <b>ESTE PROGRAMA DE SAÚDE NÃO É UM SEGURO, NEM UM SEGURO SAÚDE OU PLANO DE SAÚDE, E NÃO OFERECE COBERTURA PARA INTERNAÇÃO, URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS OU CIRURGIAS.</b>
<b>Desconto em Medicamentos****</b>	Descontos em medicamentos na rede de farmácias conveniadas.

\*Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências, etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral.

\*\*Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas na Apólice estipulada/sub-estipulada pelo Sindicato Laboral com a Seguradora devidamente registrada na Susep.

\*\*\*Conforme o regulamento e as condições gerais estabelecidas em contrato com empresa de Telemedicina e Programa de Saúde Contratada.

\*\*\*\* Conforme regulamento e as condições gerais estabelecidas com as farmácias conveniadas.

**Parágrafo Primeiro:** A Gestora disponibilizará um *sistema online* através do site <https://www.bemmaisbeneficios.com.br/sindimev-ba> para que os empregadores realizem a inclusão de todos seus trabalhadores ativos e novos contratados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**, bem como a exclusão dos que tiverem o seu contrato de trabalho rescindido.

**Parágrafo Segundo:** O pagamento mensal do **AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** deverá ser realizado pelas empresas Empregadoras, por cada trabalhador ativo, independente dos benefícios já ofertados por ela, garantindo na íntegra o acesso aos benefícios previstos nesta cláusula.

**Parágrafo Terceiro:** O empregado poderá incluir seus dependentes no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** de acordo com os benefícios estabelecidos no aplicativo ou site da Gestora, arcando integralmente com os valores correspondentes através de desconto em folha de pagamento. A inclusão e exclusão dos dependentes poderá ser realizada pelo próprio empregado através de seu acesso individualizado no aplicativo da Gestora, na sua conta de benefício no site <https://www.bemmaisbeneficios.com.br/sindimev-ba>, ou através da central de relacionamento da Gestora, ou ainda através do departamento pessoal que poderá incluir e excluir no sistema de movimentação online da Gestora.

**Parágrafo Quarto:** Fica estabelecido que o valor a ser pago mensalmente por cada trabalhador e/ou dependente(s) referente ao Auxílio **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** será realizado pelas empresas empregadoras através de boleto bancário, disponibilizado no *sistema online* pela empresa Gestora, com o vencimento todo dia do dia 5 (Cinco) de cada mês. A cobrança do referido Auxílio será realizada pela empresa Gestora **por conta e ordem** do Sindicato Laboral.



**Parágrafo Quinto:** As movimentações de inclusões e exclusões de trabalhadores e/ ou dependentes deverão ser realizadas até o dia 15 (Quinze) de cada mês através do sistema online e terão processamento efetivado com vigência no dia 01º (primeiro) do mês subsequente.

**Parágrafo Sexto:** Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula.

**Parágrafo Sétimo:** A **Gestora** mantém a disposição dos Empregadores e Empregados, a Central de Relacionamento, com funcionamento em dias uteis, de segunda à quinta-feira, das 8h às 18h e às sextas-feiras das 8h às 17h, com números de contatos disponíveis pelo site <https://www.bemmaisbeneficios.com.br/sindimev-ba>.

**Parágrafo Oitavo:** A **Gestora** disponibilizará aos trabalhadores através do aplicativo, regulamentos, condições gerais e todas as informações pertinentes ao funcionamento dos benefícios contemplados no **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL**.

**Parágrafo Nono:** A **Gestora** disponibilizará material informativo com as orientações necessárias para que o trabalhador acesse as informações do seu **PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** através do aplicativo ou site, cabendo às empresas empregadoras empreenderem seus melhores esforços para divulgar o referido material afim de dar conhecimento a todos os seus colaboradores.

**Parágrafo Décimo:** O não pagamento do boleto até o vencimento estabelecido nesta Convenção Coletiva implicará na incidência de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, correção monetária pela variação positiva do IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre os valores não pagos.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** O inadimplemento superior há 10 (dez) dias, ocasionará a suspensão dos benefícios, estando a empresa empregadora sujeita a penalidades previstas nesta convenção, além da indenização e reembolso de serviços não cobertos ao trabalhador em detrimento da suspensão das coberturas.

**Parágrafo Décimo Segundo:** As empresas empregadoras deverão fornecer no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho com o empregado, a comprovação de vinculação do empregado através de demonstrativo de fatura e quitação do boleto do **AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** do mês vigente.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** O valor mensal do **AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta clausula, tendo em vista o caráter assistencial e indenizatório, não têm natureza salarial e não se incorporam ao salário para qualquer fim.

**Parágrafo Décimo Quarto:** As empresas empregadoras terão até 30 (trinta) dias a partir da assinatura desta convenção coletiva de trabalho para realizar a inclusão de todos seus trabalhadores através do *Sistema Online* disponibilizado pela Gestora, conforme parágrafo primeiro.

**Parágrafo Décimo Quinto:** O reajuste do valor do **AUXÍLIO PLANO DE ASSISTÊNCIA E CUIDADO PESSOAL** previsto nesta clausula será realizado anualmente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.



**Parágrafo Décimo Sexto:** Visando a segurança e manutenção dos benefícios aos trabalhadores, fica pactuado que a validade, aplicabilidade e vigência desta cláusula perdurará durante toda a vigência desta convenção, bem como no período de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho do ano seguinte, mesmo que sua assinatura e homologação ocorra em data posterior a sua data base. A suspensão e inaplicabilidade desta cláusula somente ocorrerá caso fique pactuado a sua exclusão na próxima Convenção vigente.

**Parágrafo Décimo Oitavo:** No caso de descumprimento desta cláusula, referente ao Auxílio Plano de Assistência e Cuidado Pessoal, fica estipulada a imposição de multa equivalente ao montante de 5% (cinco por cento) do menor piso salarial fixado nesta Convenção, por empregado, a qual será cobrada mensalmente, até a efetiva regularização por parte da empresa, que será revertida a favor da entidade laboral. A aplicação da multa aqui prevista está condicionada a realização de notificação prévia por parte da entidade sindical laboral, a qual poderá ser realizada por e-mail ou via AR, visando a concessão do prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa corrija ou se defenda acerca da irregularidade apontada, sob pena do manejo das medidas jurídicas cabíveis.

**CLÁUSULA NONA - DOCUMENTOS PESSOAIS** - Os empregadores obrigam-se a fornecer recibos de documentos pessoais entregues por seus empregados por qualquer finalidade, relacionados com seu contrato de trabalho, discriminando os documentos recebidos e as datas de recebimento, e devolução dos mesmos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O empregado deverá informar, imediatamente, ao empregador sobre qualquer alteração dos seus dados ou informações pessoais, necessárias para o preenchimento do e-social ou de qualquer outro sistema governamental que regule as obrigações fiscais, previdenciárias ou trabalhistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA - CARTA DE REFERÊNCIA** - Desde que solicitada, a empresa fornecerá Carta de Referência, caso o trabalhador não tenha sido despedido por justa causa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO E AVISO PRÉVIO** - O aviso prévio será calculado com base nas disposições contidas na CLT, bem como dos requisitos fixados na Lei Federal n.º 12.506/2011.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O empregado que pedir demissão e conceder aviso prévio, desde que já tenha cumprido 1/3 (um terço) do respectivo prazo, ficará dispensado do cumprimento do restante, na hipótese de, comprovadamente obter novo emprego, sendo remunerado apenas pelos dias trabalhados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REVISTA** - As empresas que adotarem o sistema de revista, o farão em local adequado e por pessoa do mesmo sexo, evitando-se eventuais constrangimentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA** - Com exceção dos empregados admitidos em caráter de experiência, trabalho intermitente e nas hipóteses de pedido de demissão ou dispensa por justa causa, assegura-se a estabilidade temporária nas condições e prazos seguintes:

**I. Gestante** - Desde a notificação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto;

**II. Acidentado do trabalho** - Desde a comunicação do acidente até 12 (doze) meses após a cessação do auxílio-doença acidentário;

**III. Pré-aposentado** – O trabalhador terá direito a estabilidade nos 12 (doze) últimos meses que antecedem à data de aquisição do direito à aposentadoria voluntária, desde que o funcionário tenha, no mínimo, 05 (anos) de serviços prestados à empresa.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Adquirido e não exercido o direito referenciado na alínea III, extingue-se a garantia desta cláusula.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - JORNADA DO EMPREGADO** - É permitida a compensação da duração diária do trabalho, obedecidas as exigências e formalidades legais e os seguintes itens:

a) Manifestação por escrito do empregado, mediante contrato individual ou plúrimo, no qual constará a jornada a ser cumprida e aquela a ser suprimida pela compensação;

b) As horas acrescidas em um ou mais dias da semana, que forem devidamente compensadas, não serão remuneradas como extras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As horas extras do empregado serão remuneradas com o adicional de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal, sejam quantas forem as horas extras trabalhadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** É admitida jornada de 06 (seis) horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo possível a utilização do mesmo empregado em mais de 1 (um) turno de trabalho.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BANCO DE HORAS/COMPENSAÇÃO** - Facultam-se às empresas a utilização do banco de horas, pelo qual todas as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de 12 (doze) meses, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese de, ao final do prazo do parágrafo anterior, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras de 70% (setenta por cento), conforme disposto em lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso concedidas, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias, além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas poderão se constituir como crédito para a empresa a ser descontado na folha de pagamento ou na rescisão do contrato de trabalho, caso ultrapassado o prazo de 01 (um) ano para compensação, ficando permitido, assim, a existência de banco de horas negativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INTERVALO INTRAJORNADA** - Faculta-se ao empregador adotar o intervalo intrajornada de, no mínimo, 30 (trinta) minutos para labor em período superior a 06 (seis) horas diárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL 12X36** - Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado “Jornada Especial”, com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os que trabalham sob a denominada “Jornada Especial”, as 12 horas serão entendidas como horas normais, sem incidência de adicional de hora extra.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nesta jornada especial de trabalho, não haverá horas extras caso sejam ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica convencionado que o regime 12x36 admitirá escalas de serviços especiais, cujo objetivo seja ampliar a empregabilidade, atender a características específicas dos serviços e aos interesses coletivos dos empregados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A remuneração mensal pactuada para o trabalhador que desenvolver a sua carga horária mensal em jornada de 12x36 abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, não sendo devido pagamento de abono de feriado e nem a compensação do dia trabalhado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Não se aplica ao trabalhador da jornada especial de 12x36 a vedação do parágrafo 3º, do artigo 134, da CLT, o que se justifica em razão das especificidades da modalidade de cumprimento da jornada mensal, de modo que as férias do empregado poderão iniciar no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Em caso de supressão parcial ou total do intervalo intrajornada na jornada de trabalho 12x36, o empregador pagará ao empregado o tempo suprimido tendo como base de cálculo o valor/hora de trabalho, sendo este valor da indenização a qual se refere à legislação vigente.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EMPREGADO ESTUDANTE** - O empregado estudante, estando devidamente comprovada esta situação, gozará das seguintes prerrogativas:

- I. a jornada de trabalho não poderá ser alterada se implicar em prejuízo ao seu comparecimento às aulas;
- II. atendidas às conveniências do serviço, as empresas tentarão coincidir as férias do empregado estudante, com o período de férias escolares;
- III. serão consideradas licença não remunerada, as faltas ao serviço decorrentes de realização de exames vestibulares e ENEM, desde que comprovadas e cientificado o empregador 15 (quinze) dias antes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – UNIFORMES** - As empresas, na medida em que o exijam, fornecerão, gratuitamente e anualmente, 02 (dois) uniformes aos seus empregados, sendo elas responsáveis pela regulamentação do uso em serviço, assim como os materiais necessários ao trabalho.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE** - Os médicos veterinários, farão *jus* ao recebimento de adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário base, desde que haja, efetivamente, exposição à agentes insalubres acima dos limites de tolerância previstos na legislação, bem assim que a exposição não seja neutralizada com a utilização de EPI's.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – AUXÍLIO REFEIÇÃO** - A partir da data da assinatura da presente Convenção, as empresas fornecerão aos empregados vale-refeição, em montante não inferior ao valor de R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia, desde que a jornada de trabalho seja superior a 06 (seis) horas diárias.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FILIAÇÃO/DIVULGAÇÃO** - Os representantes sindicais, devidamente credenciados, poderão, desde que autorizado pelo empregador, comparecer à empresa para divulgação e filiação de novos sócios.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A divulgação da atividade sindical far-se-á na mesma ocasião, observadas idênticas condições, sendo que as publicações não poderão conter ofensas ou agressões aos empregadores ou propaganda político-partidária.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIRIGENTES SINDICAIS** - A empresa, independentemente da quantidade de funcionários, e que tiver, nos seus quadros, empregados que sejam diretores titulares do sindicato laboral, liberará apenas 01 (um) funcionário para ficar à disposição do sindicato dos empregados, a fim de participar de assembleias e reuniões, regularmente convocadas, desde que seja informada com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A liberação prevista no *caput* será de até 03 (três) dias, por mês, para o Presidente do sindicato laboral, e 01 (um) dia, por mês, para os demais diretores titulares.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA SINDICAL** - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical de associação profissional, até 01 (um) ano após o final do seu mandato, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL**

Em obediência ao quanto fixado no art. 513, alínea “e”, da CLT, será devida e descontado de todo empregado, a Título de Taxa Assistencial Laboral, correspondente 5% (cinco por cento) do salário base, limitado ao teto de R\$ 300,00 (trezentos reais) do empregado médico veterinário, no mês subsequente a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, descontado uma única vez e que deverá ser repassada ao SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA BAHIA – SINDIMEV-BA, por transferência bancária identificado para a Caixa Econômica Federal, Agência n.º 1021, Conta Corrente n.º 577564953-9, de titularidade do Sindicato Laboral, ou, via PIX na chave CNPJ 13.757.992/0001-48. As empresas enviarão uma relação com os nomes dos profissionais, seus salários, e os respectivos valores, para o e-mail: [sindimev@sindimev.org.br](mailto:sindimev@sindimev.org.br).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Conforme definido na Sessão de Julgamento do STF, em 11/09/2023, em discussão da matéria conhecida como Tema 935, a taxa assistencial é devida por todos os trabalhadores, filiados ou não, desde que garantido o direito de oposição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O empregado poderá se opor ao desconto da taxa assistencial prevista nesta cláusula, devendo, para tanto, comparecer presencialmente à sede do Sindicato Laboral, na Rua Marujos do Brasil, 20, Nazaré, Salvador/BA, munido do pedido escrito (impresso ou de próprio punho), das 09 às 16 horas, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de efetivação do desconto da contribuição prevista no caput desta cláusula. O empregado que se opor ao desconto da taxa negocial/assistencial ficará responsável por informar a empresa no prazo de 10 (dez) dias subsequente a sua opção, sob pena de efetivação do desconto da contribuição prevista no caput desta cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em caso de questionamento judicial ou extrajudicial a respeito desta contribuição, o Sindicato dos Médicos Veterinários da Bahia assumirá a responsabilidade pelo desconto efetuado. A responsabilidade pela instituição, percentuais de cobrança e abrangências do desconto é inteiramente do Sindicato da categoria profissional, ficando isentas as empresas de quaisquer ônus ou consequências perante seus empregados e o desconto assim feito está ao abrigo do previsto no artigo 462 da CLT.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A empresa que não proceder ao desconto ou que não efetuar o repasse da importância descontada do empregado, no prazo estipulado aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) e juros monetários de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL** – Em obediência ao quanto fixado no art. 513, alínea “e”, da CLT, as empresas integrantes da categoria econômica abrangida por esta convenção coletiva de trabalho deverão recolher, em favor da Fecomércio BA, a contribuição assistencial patronal do ano de 2025, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), por intermédio de boleto bancário, o qual deverá ser retirado no site <https://fecomercioba.com.br/contribuicoes/contribuicao-assistencial/> ou solicitado através do e-mail [cobranca@fecomercioba.com.br](mailto:cobranca@fecomercioba.com.br) ou do *WhatsApp* (71) 9 9662-8850, com prazo de quitação até o dia 30 de outubro de 2025, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) a.m.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Será devida uma contribuição assistencial por CNPJ (matriz ou filial).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em razão da tese central fixada pelo STF no Tema 935, fica garantido às empresas o exercício do direito de oposição, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do registro da presente convenção no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A oposição poderá ser exercida por meio de declaração firmada pelo representante legal da empresa, a qual poderá ser entregue, no prazo acima fixado, por via postal, através de AR (carta registrada), desde que postada dentro do período estabelecido anteriormente, ou para o e-mail [cobranca@fecomercioba.com.br](mailto:cobranca@fecomercioba.com.br).

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas representadas que não realizarem o pagamento no prazo fixado nesta cláusula estarão passíveis de recebimento de cobrança extrajudicial, inclusive protesto de títulos ou negativação perante os órgãos de proteção ao crédito, além da possibilidade de ter o débito judicializado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Não havendo manifestação de oposição no prazo estipulado no parágrafo segundo, fica desde já autorizada a cobrança da contribuição assistencial patronal diretamente por meio de débito inserido na fatura de energia elétrica da empresa representada, mediante instrumento próprio firmado entre a Fecomércio BA e a concessionária de fornecimento, resguardado o direito da empresa de comprovar o pagamento anterior ou eventual equívoco na cobrança.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – MULTA** - A inobservância do ora ajustado nesta Convenção acarretará multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o menor piso salarial previsto na Cláusula Terceira deste Instrumento, a qual se reverterá em favor da outra parte.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES** - Qualquer alteração a este Instrumento Coletivo deverá operar-se através de Termo Aditivo escrito, firmado pelas partes interessadas, devendo o mesmo ser arquivado no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (MEDIADOR) da Subsecretaria de Relações do Trabalho – SRT pelo sindicato laboral, visando conferir ampla publicidade das modificações estabelecidas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – NOVAS NEGOCIAÇÕES:** As entidades subscritoras desta Convenção poderão, a qualquer tempo, na forma da lei, desenvolver negociações sobre as Cláusulas aqui convencionadas ou outras condições de trabalho.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, para que possa produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador/BA, (data da última assinatura digital).

**OSVALRÍZIO DO ESPÍRITO SANTO**  
Presidente  
**SINDIMEV-BA**  
CNPJ - 13.757.992/0001-48

**WILLADESMON SANTOS DA SILVA**  
Diretor Administrativo e Financeiro  
**SINDIMEV-BA**  
CNPJ - 13.757.992/0001-48

**KELSOR GONÇALVES FERNANDES**  
Presidente  
**FECOMÉRCIO BA**  
CNPJ - 15.231.533/0001-51



CCT SINDIMEV - 2025.pdf

Documento número #b8db2fe5-fcb9-4985-89e6-45d458c4a633  
Hash do documento original (SHA256): 5b6e59d6b6dcf135eef8be11605ae1e150250c4fb17d0954e32698447c9b581a

Assinaturas

✓ OSVALRÍZIO DO ESPÍRITO SANTO  
CPF: 039.597.915-34  
Assinou como parte em 06 set 2025 às 08:46:28

✓ KELSOR GONÇALVES FERNANDES  
CPF: 068.979.085-68  
Assinou como parte em 06 set 2025 às 12:56:15

✓ Renan Marcel Brandão Pires  
Assinou como advogado(a) em 05 set 2025 às 11:45:38

✓ WILLADESMON SANTOS DA SILVA  
CPF: 411.829.105-30  
Assinou como parte em 05 set 2025 às 11:49:48

Log

05 set 2025, 11:26:51	Operador com email gerentejuridico@fecomer-cioba.com.br na Conta 04d2533e-4e27-4097-894f-5259d9a3e2c5 criou este documento número b8db2fe5-fcb9-4985-89e6-45d458c4a633. Data limite para assinatura do documento: 05 de outubro de 2025 (11:26). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
05 set 2025, 11:32:40	Operador com email gerentejuridico@fecomer-cioba.com.br na Conta 04d2533e-4e27-4097-894f-5259d9a3e2c5 adicionou à Lista de Assinatura: gerentejuridico@fecomer-cioba.com.br para assinar como advogado(a), via E-mail.  Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Renan Marcel Brandão Pires.
05 set 2025, 11:32:40	Operador com email gerentejuridico@fecomer-cioba.com.br na Conta 04d2533e-4e27-4097-894f-5259d9a3e2c5 adicionou à Lista de Assinatura: presidente@fecomer-cioba.com.br para assinar como parte, via E-mail.  Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo KELSOR GONÇALVES FERNANDES e CPF 068.979.085-68.



05 set 2025, 11:32:40	Operador com email gerentejuridico@fecomercioba.com.br na Conta 04d2533e-4e27-4097-894f-5259d9a3e2c5 adicionou à Lista de Assinatura: willadesmon@gmail.com para assinar como parte, via E-mail.  Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo WILLADESMON SANTOS DA SILVA e CPF 411.829.105-30.
05 set 2025, 11:32:40	Operador com email gerentejuridico@fecomercioba.com.br na Conta 04d2533e-4e27-4097-894f-5259d9a3e2c5 adicionou à Lista de Assinatura: osvalrizio@gmail.com para assinar como parte, via E-mail.  Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo OSVALRÍZIO DO ESPÍRITO SANTO e CPF 039.597.915-34.
05 set 2025, 11:45:38	Renan Marcel Brandão Pires assinou como advogado(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail gerentejuridico@fecomercioba.com.br. IP: 187.44.172.122. Componente de assinatura versão 1.1293.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
05 set 2025, 11:49:48	WILLADESMON SANTOS DA SILVA assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail willadesmon@gmail.com. CPF informado: 411.829.105-30. IP: 177.30.59.63. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -13.0071609 e longitude -38.4636175. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.1293.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
06 set 2025, 08:46:28	OSVALRÍZIO DO ESPÍRITO SANTO assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail osvalrizio@gmail.com. CPF informado: 039.597.915-34. IP: 179.105.128.22. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -12.9881274 e longitude -38.5194959. URL para abrir a localização no mapa: <a href="https://app.clicksign.com/location">https://app.clicksign.com/location</a> . Componente de assinatura versão 1.1293.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
06 set 2025, 12:56:15	KELSOR GONÇALVES FERNANDES assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail presidente@fecomercioba.com.br. CPF informado: 068.979.085-68. IP: 179.105.130.72. Componente de assinatura versão 1.1293.0 disponibilizado em <a href="https://app.clicksign.com">https://app.clicksign.com</a> .
06 set 2025, 12:56:15	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número b8db2fe5-fcb9-4985-89e6-45d458c4a633.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº b8db2fe5-fcb9-4985-89e6-45d458c4a633, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).

04/07/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 53 PIAUÍ**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MÁRIO SÉRGIO MEDEIROS PINHEIRO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - SENGE-PR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GIANI CRISTINA AMORIM E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SANDRA MARANGONI E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO NACIONAL DOS MEDICOS VETERINARIOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MIRIVALDO AQUINO DE CAMPOS E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - SINAENCO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BENEDICTO PEREIRA PORTO NETO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS FERROVIÁRIOS - FAEF</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO (PROCESSOS NºS 01064/04, 00001/06, 00069/06, 00073/06, 00074/06, 00075/06, 00077/06, 00080, 00081/06, 00082/06, 00083/06, 00084/06, 00085/06, 00086/06, 00087/06, 00088/06, 00089/06, 00090/06, 00091/06,</b>

**ADPF 53 ED / PI**

00092/06, 000093/06, 00094/06, 00095/06,  
00096/06, 00097/06, 00098/06, 00099/06,  
00100/06, 00101/ 06/, 00102/06, 00103/06,  
00106/06, 00107/06, 00108/06, 00109/06,  
00110/06, 00111/06, 00112/06, 00113/06,  
00114/06, 00115/06, 00116/06, 00119/06,  
00121/06, 00123/06, 00124/06, 00125/06,  
00127/06, 00128/06, 00129/06, 00130/06,  
00131/06, 00132/06, 00133/06, 00134/06,  
00135/06, 00136/06, 00137/06, 00138/06,  
00139/06, 00140/06, 00141/06, 00143/06,  
00144/06, 00145/06, 00146/06, 147/06, 00148/06,  
00149/06, 00150/06, 00151/06, 00152/06,  
00153/06, 00154/06, 00156/06, 00159/06,  
00165/06, 00176/06, 00181/06, 00182/06,  
00183/06, 00184/06, 00191/06, 0192/06,  
00193/06, 00194/06, 0198/06, 0199/06, 00200/06,  
00202/06, 00559/06, 00911/06, 00986/06,  
00987/06, 00988/06, 00989/06, 00990/06,  
00991/06, 00992/06, 00993/06, 00994/06,  
00995/06, 00996/06, 00997/06, 00998/06,  
00999/06, 01000/06, 01001/06, 01002/06,  
01003/06, 01004/06, 01005/06, 01007/06,  
01009/06, 01010/06. 01011/06, 01012/06,  
01013/06, 01014/06, 01015/06, 01016/06,  
01017/06, 01018/06, 01019/06, 01020/06,  
01021/06, 01022/06, 01023/06, 01024/06,  
01025/06, 01026/06, 01027/06, 01028/06,  
01029/06, 01030/06, 01031/06, 01032/06,  
01033/06, 01034/06, 01035/06, 01036/06,  
01037/06, 01039/06, 01040/06, 01041/06,  
01042/06)

**INTDO.(A/S)**

**:TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PIAUI**

**EMENTA**

**ADPF 53 ED / PI**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ACÓRDÃO PROFERIDO NO JULGAMENTO CONJUNTO DAS ADPFs 53, 149 E 171. DECISÃO QUE DETERMINOU O “CONGELAMENTO” DA BASE DE CÁLCULO DO PISO SALARIAL DOS EMPREGADOS PÚBLICOS CONTRATADOS COMO ENGENHEIROS, QUÍMICOS, ARQUITETOS, AGRÔNOMOS E VETERINÁRIOS (LEI Nº 9.450-A/1966, ART. 5º). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E ACOLHIDOS PARCIALMENTE, APENAS PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.**

1. Consignou-se expressamente na decisão embargada que o piso salarial dos empregados públicos contratados como engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários teria como valor de referência o salário-mínimo nacional **vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento**. Nada colhe o argumento de que o julgamento importou em “*viragem jurisprudencial*” em relação à anterior decisão liminar proferida nos autos da ADPF 53. Referida decisão apenas determinou a “*suspensão das decisões impugnadas*” no âmbito daquela arguição de descumprimento **deduzida em caráter incidental**. Em nenhum momento houve decisão desta Corte suspendendo a eficácia do art. 5º da Lei nº 9.450-A/1966, que vigorou, **em toda amplitude de seus efeitos**, até o julgamento final de mérito proferido nesta causa, quando sofreu interpretação conforme à Constituição.

2. Compete à União, por expressa determinação constitucional (CF, art. 22, I, e art. 7º, V), fixar o valor do piso salarial nacional compatível com a extensão e a complexidade do trabalho. A jurisprudência desta Corte entende violar o princípio federativo a estipulação de piso remuneratório nacional apenas em relação aos **servidores públicos efetivos**, por interferir na autonomia administrativa dos demais entes federados. Em relação aos **empregados públicos sujeitos ao vínculo jurídico celetista** estendem-se, no ponto, as mesmas garantias dos trabalhadores em geral.

3. A adoção da técnica de “*congelamento*” da base de cálculo do piso salarial não importa em nenhuma distinção salarial entre empregados antigos e novos contratados. O piso salarial constitui **referência mínima** de contratação. Não define, por si só, qual será o salário efetivamente

**ADPF 53 ED / PI**

pago. Apenas impõe **limite mínimo** para as contratações. **Futuros reajustes, revisões ou atualizações salariais** continuarão sendo realizados pelas vias negociais (acordos individuais e contratos coletivos), pelas vias judiciais (sentenças normativas) ou pela via legal (lei federal).

4. As decisões judiciais proferidas em causas envolvendo relações jurídicas de trato continuado constituem **atos jurídicos instáveis**, assim denominados porque a coisa julgada por elas formada opera conforme a cláusula “*rebus sic stantibus*”. A imutabilidade que qualifica a coisa julgada **não atinge**, nas relações de trato sucessivo, **as modificações supervenientes** verificadas em relação ao estado de fato ou de direito da decisão (CPC, art. 505). Aplicam-se, desse modo, em relação às decisões transitadas em julgado, os efeitos do acórdão embargado, observando-se o “*quantum*” fixado a título de piso salarial no tocante às parcelas salariais vencidas **após a publicação** da ata da sessão de julgamento (ocorrida no dia 03.3.2022), **vedada a produção de efeitos financeiros retroativos** a essa data.

5. Embargos de declaração **conhecidos e acolhidos, em parte, apenas para prestar esclarecimentos.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal em conhecer dos embargos de declaração e os acolher parcialmente, apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Relatora e por unanimidade votos, em sessão virtual do Pleno de 24 de junho a 1º de julho de 2022, na conformidade da ata do julgamento.

Brasília, 4 de julho de 2022.

Ministra Rosa Weber  
Relatora

04/07/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 53 PIAUÍ**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MÁRIO SÉRGIO MEDEIROS PINHEIRO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - SENGE-PR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GIANI CRISTINA AMORIM E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SANDRA MARANGONI E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO NACIONAL DOS MEDICOS VETERINARIOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MIRIVALDO AQUINO DE CAMPOS E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA - SINAENCO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BENEDICTO PEREIRA PORTO NETO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS FERROVIÁRIOS - FAEF</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO (PROCESSOS Nºs 01064/04, 00001/06, 00069/06, 00073/06, 00074/06, 00075/06, 00077/06, 00080, 00081/06, 00082/06, 00083/06, 00084/06, 00085/06, 00086/06, 00087/06, 00088/06, 00089/06, 00090/06, 00091/06,</b>

**ADPF 53 ED / PI**

00092/06, 000093/06, 00094/06, 00095/06,  
00096/06, 00097/06, 00098/06, 00099/06,  
00100/06, 00101/ 06/, 00102/06, 00103/06,  
00106/06, 00107/06, 00108/06, 00109/06,  
00110/06, 00111/06, 00112/06, 00113/06,  
00114/06, 00115/06, 00116/06, 00119/06,  
00121/06, 00123/06, 00124/06, 00125/06,  
00127/06, 00128/06, 00129/06, 00130/06,  
00131/06, 00132/06, 00133/06, 00134/06,  
00135/06, 00136/06, 00137/06, 00138/06,  
00139/06, 00140/06, 00141/06, 00143/06,  
00144/06, 00145/06, 00146/06, 147/06, 00148/06,  
00149/06, 00150/06, 00151/06, 00152/06,  
00153/06, 00154/06, 00156/06, 00159/06,  
00165/06, 00176/06, 00181/06, 00182/06,  
00183/06, 00184/06, 00191/06, 0192/06,  
00193/06, 00194/06, 0198/06, 0199/06, 00200/06,  
00202/06, 00559/06, 00911/06, 00986/06,  
00987/06, 00988/06, 00989/06, 00990/06,  
00991/06, 00992/06, 00993/06, 00994/06,  
00995/06, 00996/06, 00997/06, 00998/06,  
00999/06, 01000/06, 01001/06, 01002/06,  
01003/06, 01004/06, 01005/06, 01007/06,  
01009/06, 01010/06. 01011/06, 01012/06,  
01013/06, 01014/06, 01015/06, 01016/06,  
01017/06, 01018/06, 01019/06, 01020/06,  
01021/06, 01022/06, 01023/06, 01024/06,  
01025/06, 01026/06, 01027/06, 01028/06,  
01029/06, 01030/06, 01031/06, 01032/06,  
01033/06, 01034/06, 01035/06, 01036/06,  
01037/06, 01039/06, 01040/06, 01041/06,  
01042/06)

**INTDO.(A/S)**

**:TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PIAUI**

**RELATÓRIO**



**ADPF 53 ED / PI**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** 1. Submeto ao exame deste Egrégio Plenário, **para apreciação conjunta**, três (03) recursos de embargos de declaração, todos eles opostos à decisão proferida no julgamento, também conjunto, **das ADPF 53, 146 e 171**, nas quais esta Suprema Corte analisou a constitucionalidade do art. 5º da Lei federal 4.950-A/66, **que institui pisos salariais profissionais fixados em múltiplos do salário-mínimo nacional**.

2. Rememoro que o Plenário **julgou parcialmente procedente** os pedidos formulados em tais arguições de descumprimento, para reconhecer a compatibilidade **do art. 5º da Lei 4.950-A/66** com o texto constitucional e, com apoio na técnica da interpretação conforme, **determinar o congelamento** do valor do piso salarial dos profissionais a que se refere esse diploma legislativo, devendo o “*quantum*” ser calculado com base no valor do salário-mínimo **vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento**, observado o número total de salários-mínimos estipulado para cada uma das categorias profissionais contempladas no dispositivo em questão.

3. Os acórdãos objeto destes embargos receberam a seguinte ementa:

“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONVERSÃO DA APRECIÇÃO DO REFERENDO DE LIMINAR EM JULGAMENTO FINAL DE MÉRITO. **PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DIPLOMADOS EM CURSO SUPERIOR DE ENGENHARIA, QUÍMICA, ARQUITETURA, AGRONOMIA E VETERINÁRIA (LEI Nº 9.450-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966). SALÁRIO PROFISSIONAL FIXADO EM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO-MÍNIMO NACIONAL. ALEGADA TRANSGRESSÃO À NORMA QUE VEDA A VINCULAÇÃO DO SALÁRIO-MÍNIMO “PARA QUALQUER FINALIDADE” (CF, ART. 7º, IV, FINE). INOCORRÊNCIA DE TAL VIOLAÇÃO. CLÁUSULA CONSTITUCIONAL QUE TEM O SENTIDO DE PROIBIR O USO INDEVIDO DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO INDEXADOR ECONÔMICO. PRECEDENTES.**

1. Conversão do referendo de medida cautelar em julgamento definitivo do mérito. **Precedentes.**

2. Distinções entre o tratamento normativo conferido pelo texto constitucional às figuras jurídicas do **salário-mínimo** (CF,

**ADPF 53 ED / PI**

art. 7, IV) e do **piso salarial** (CF, art. 7, IV).

3. A cláusula constitucional que veda a vinculação do salário mínimo “*para qualquer finalidade*” (CF, art. 7, IV, *fine*) tem o sentido proibir a sua indevida utilização como indexador econômico, de modo a preservar o poder aquisitivo inerente ao salário mínimo contra os riscos decorrentes de sua exposição às repercussões inflacionárias negativas na economia nacional resultantes da indexação de salários e preços.

4. Além disso, a norma protetiva inserida no quadro do sistema constitucional de garantias salariais (CF, art. 7, IV, *fine*) protege os trabalhadores em geral contra o surgimento de conjunturas político- -econômicas que constituam obstáculo ou tornem difícil a implementação efetiva de planos governamentais de progressiva valorização do salário-mínimo, motivadas pela aversão aos impactos econômicos indesejados que, por efeito da indexação salarial, atingiriam as contas públicas, especialmente as despesas com o pagamento de servidores e empregados públicos.

5. O texto constitucional (CF, art. 7º, IV, *fine*) **não proíbe** a utilização de múltiplos do salário-mínimo como **mera referência paradigmática** para definição do valor justo e proporcional do piso salarial destinado à remuneração de categorias profissionais especializadas (CF, art. 7º, V), **impedindo**, no entanto, **reajustamentos automáticos futuros**, destinados à adequação do salário inicialmente contratado aos **novos** valores vigentes para o salário-mínimo nacional.

6. Fixada interpretação conforme à Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente **na data da publicação da ata da sessão de julgamento. Vencida**, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão.

7. Arguição de descumprimento **conhecida, em parte. Pedido parcialmente procedente.**”

**ADPF 53 ED / PI**

4. Insurgem-se contra o entendimento firmado naquele julgamento, por meio destes embargos de declaração, o **Governador do Estado do Rio Grande do Sul** e o **Governador do Estado do Piauí** (ADPF 53); o **Governador do Estado do Pará** (ADPF 149); e o **Governador do Estado do Maranhão** (ADPF 171).

5. **Todos os embargantes sustentam, em comum**, que a eficácia do art. 5º da Lei nº 4.950-A/66 estava suspensa desde a decisão **monocrática** proferida pelo Ministro Gilmar Mendes, na condição de Relator (à época), na qual Sua Excelência determinou a suspensão da tramitação dos processos envolvendo a aplicação dessa norma. Por tal razão, defendem que a decisão embargada representou uma “*virada jurisprudencial*” em relação ao entendimento anterior, surpreendendo a expectativa dos Estados, que sofrerão prejuízos financeiros não esperados.

7. Buscam os embargantes, desse modo, a modulação dos efeitos da decisão, para que o “*congelamento*” determinado por esta Corte retroaja à data da suspensão nacional determinada pelo então Relator, adotando-se como base de cálculo do piso salarial estipulado pela Lei nº 4.950-A/66 o salário-mínimo vigente à época da concessão da liminar.

6. Adicionalmente, nos embargos de declaração opostos pelo **Governador do Estado do Rio Grande do Sul**, sustenta-se a **omissão** do acórdão quanto à tese de que a Lei nº 4.950-A/66 aplicar-se-ia apenas aos empregados públicos federais, sob pena de violação do princípio federativo. Segundo alega o embargante, a submissão dos demais entes federativos aos parâmetros salariais fixados pela União importaria indevida submissão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios às normas federais.

7. O **Governador do Estado do Piauí** alega, ainda, que a adoção da técnica do “*congelamento*” da base de cálculo acarretaria quebra da isonomia entre os **antigos** empregados, que teriam o valor de suas remunerações definidos pelas regras de mercado e por negociações coletivas e os empregados **novos**, cujo salário seria calculado com base nos parâmetros da decisão desta Suprema Corte.

8. Por sua vez, o **Governador do Estado do Pará** aduz que, embora a

**ADPF 53 ED / PI**

decisão tenha excluído do seu âmbito as decisões transitadas em julgado, deixou de considerar que as obrigações pecuniárias em questão possuem natureza de obrigações de trato sucessivo. Requer, desse modo, que os efeitos da decisão **apliquem-se também em relação às projeções futuras de pagamento** decorrentes das decisões transitadas em julgado à data do ajuizamento da arguição de descumprimento.

**É o relatório.**

04/07/2022

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 53 PIAUÍ**

**VOTO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** 1. Como dito, trata-se de julgamento conjunto de 04 (quatro) embargos de declaração opostos pelos Senhores Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, do Piauí (ADPF 53), do Pará (ADPF 149) e do Maranhão (ADPF 171) ao acórdão proferido por esta Suprema Corte no julgamento das ADPF 53, 149 e 171.

2. Reconheço a legitimidade recursal dos embargantes, forte no art. 103, V, da Constituição Federal e art. 2º, V, da Lei 9.868/99.

3. Tempestivos os recursos e regulares as representações processuais, **conheço** dos embargos.

**O objeto dos embargos**

4. Para adequada compreensão da controvérsia, **sintetizo os argumentos** deduzidos pelos recorrentes, tal como exposto no relatório:

(a) todos os embargantes sustentam, em comum, que a eficácia do art. 5º da Lei nº 4.950-A/66 estava suspensa desde a decisão monocrática proferida, **em 24.8.2008**, pelo Ministro Gilmar Mendes, à época Relator. Alegam que o critério do “congelamento” da base de cálculo do piso salarial deve considerar o valor do salário mínimo **então vigente** (equivalente a R\$ 415,00), preservando-se, assim, as expectativas legítimas dos Estados;

(b) adicionalmente, alega o **Governador gaúcho** que acórdão omitiu-se quanto a tese de que a Lei nº 4.950-A/66 aplicar-se-ia **apenas aos empregados públicos federais**. Aduz, com apoio no princípio federativo, que a submissão dos demais entes federativos aos parâmetros salariais fixados na legislação federal importaria indevida submissão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios às normas da União;

**ADPF 53 ED / PI**

(c) arrazoa o **Governador piauiense**, ainda, que a adoção da técnica do “congelamento” da base de cálculo acarretaria quebra da isonomia entre os empregados antigos e novos, uns submetidos aos efeitos da decisão e outros não;

(d) por fim, o **Governador paraense** requer o esclarecimento quanto aos efeitos do julgado em relação as repercussões financeiras futuras das decisões transitadas em julgado.

Aprecio, pontualmente, cada um dos argumentos.

**Marco inicial da produção de efeitos do julgado**

5. A principal objeção manifestada pelos embargantes foi quanto aos critérios de “congelamento” do piso salarial. Defendem os Governadores que a adoção do valor do salário-mínimo vigente **na data da publicação da ata de julgamento** resultou em “*viragem jurisprudencial*”, considerado o fato de o dispositivo legal questionado (Lei nº 4.950-A/66, art. 5º) ter tido sua validade jurídica **infirmada** no passado, nos autos **da ADPF 53**, na qual o Ministro Gilmar Mendes **teria proferido liminar** suspendendo seus efeitos. Buscam os embargantes, com base em tal decisão, **a retroação dos efeitos da decisão de mérito** à data em que proferida a liminar, adotando-se, por consequência, como critério de cálculo do piso salarial dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários, o valor do salário-mínimo vigente à época da decisão cautelar, **equivalente a R\$ 415,00** (quatrocentos e quinze reais).

6. Ocorre, no entanto, que, ao contrário do que afirmado pelos embargantes, **em momento algum foi proferida qualquer decisão** nos autos das ADPFs 53, 149 e 171 que tenha **suspendido a aplicação ou a eficácia** do art. 5º da Lei nº 4.950-A/66.

7. Veja-se, nos autos da ADPF 149 e da ADPF 171 **já jamais foi proferida decisão liminar alguma**. Logo após o ajuizamento das ações e conclusão dos autos à Relatora (à época a Ministra Ellen Gracie), determinou-se apenas a solicitação de informações, “*nos termos do art. 5, §*

**ADPF 53 ED / PI**

2º, da Lei 9.882/99”, ao que se seguiu o encaminhamento dos autos ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República. Até o julgamento de mérito, **nada mais**.

8. A decisão liminar a que se referem os embargantes foi proferida pelo Ministro Gilmar Mendes **nos autos da ADPF 53**. Sua Excelência, entretanto, na condição de Relator, limitou-se tão somente a determinar a “*suspensão das decisões impugnadas*”, ou seja, impediu a produção imediata de efeitos **apenas em relação às sentenças ou acórdãos** que foram objeto de impugnação na ADPF em causa, que foi deduzida como arguição de descumprimento **de caráter incidental**.

9. É que a ADPF 53 foi ajuizada **especificamente contra decisões judiciais** emanadas dos órgãos de primeiro e de segundo graus do Poder Judiciário do Estado do Piauí. Ao apreciar o pleito cautelar formulado pelo Governador piauiense, o eminente Relator **não conheceu** do pedido em relação aos servidores efetivos, mas no tocante aos empregados públicos celetistas proferiu decisão cautelar, *ad referendum do Plenário*, **cuja parte dispositiva possui o seguinte teor**:

“Assim, indefiro a inicial da presente ADPF, em face do art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/99, em relação às decisões que contemplaram funcionários estatutários **e defiro o pedido liminar**, ad referendum do Plenário desta Corte, **para a suspensão das decisões impugnadas que se referem a servidores celetistas**, nos termos do art. 5º, §3º, da Lei nº 9.882/99. Solicitem-se informações. Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral da República. Publique-se.”

10. Como se vê, **em momento algum foi determinada a suspensão da eficácia da própria Lei federal nº 4.950-A/66**. Na realidade, mesmo no âmbito do Estado do Piauí, a suspensão restringiu-se aos **processos judiciais** em tramitação.

11. Isso significa que, confinando-se os efeitos da decisão cautelar apenas no âmbito **endoprocessual** das ações e recursos em tramitação na Justiça estadual piauiense, impunha-se aos órgãos da Administração



**ADPF 53 ED / PI**

Pública do Estado do Piauí e das demais unidades da federação o cumprimento da norma prevista no art. 5º da Lei nº 4.950-A/66 em toda a extensão de seu conteúdo! Tal norma **jamais deixou de vigor ou de produzir efeitos** durante todo o período de tramitação das ADPFs 53, 149 e 171, até o julgamento final de mérito.

12. Como se sabe, as leis federais vigem por força própria e não dependem de pronunciamento judicial para adquirirem eficácia. Além disso, possuem o atributo da presunção de constitucionalidade. Não cabe, por isso mesmo, aos órgãos da Administração Pública **oporem-se à sua execução** com base em **mera expectativa futura** de como os órgãos judiciais decidirão a respeito de sua validade constitucional.

13. Quanto aos demais embargantes, sequer existia qualquer deliberação desta Corte que suspendesse os processos judiciais nos seus respectivos territórios. Mesmo que se pretendesse estender aos demais Estados da Federação os efeitos da liminar concedida na ADPF 53, ainda assim não poderia essa extensão resultar na ampliação dos efeitos da decisão paradigma. Isso significa que também em relação a tais entes federais a cautelar se restringiria aos processos judiciais em andamento, **não importando suspensão da eficácia** da Lei nº 4.950-A/66.

14. Vê-se, daí, que **a única decisão** que efetivamente importou em modificação do quadro normativo existente foi a aquela resultante do julgamento **de mérito** das ADPFs 53, 149 e 171, na qual restou decidido pelo Plenário desta Corte que **o marco inicial da produção de efeitos do julgado seria a data da publicação da ata da sessão de julgamento**, tal como expressamente consignado na parte dispositiva do acórdão e também na emenda do julgamento, *in verbis*:

“6. Fixada interpretação conforme à Constituição, com adoção da técnica do congelamento da base de cálculo dos pisos salariais, a fim de que sejam calculados de acordo com o valor do salário-mínimo vigente **na data da publicação da ata da sessão de julgamento**. Vencida, no ponto, e apenas quanto ao marco referencial do congelamento, a Ministra Relatora, que o fixava na data do trânsito em julgado da decisão.”

**ADPF 53 ED / PI**

15. Não havendo omissão, contradição ou obscuridade no ponto, evidencia-se o mero inconformismo dos embargantes com o resultado do julgamento.

**Aplicabilidade da Lei nº 4.950-A/66 em relação aos Estados, ao Distrito Federal e os Municípios**

16. Também não assiste razão ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul ao sustentar a violação do princípio federativo decorrente da aplicação, em âmbito nacional, do piso salarial previsto na Lei nº 4.950-A/66.

17. A arguição deduzida pelo Governador gaúcho, fundada no princípio federativo, apoia-se em precedentes que expressam a orientação desta Suprema Corte quanto à inconstitucionalidade da vinculação da remuneração dos **servidores públicos efetivos** estaduais, distritais e municipais a índices de preços ou atos administrativos **federais**.

18. Ocorre, no entanto, que as ADPFs **não foram conhecidas** em relação aos servidores públicos efetivos. A decisão aplica-se somente aos **empregados públicos sujeitos ao regime celetista**.

19. A norma inscrita no art. 7º, V, da Constituição estabelece **o direito dos trabalhadores celetistas ao piso salarial** proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Conforme já decidido por esta Corte (ARE 1.209.895-AgR, Rel. p/ o Acórdão Min. Roberto Barroso, j. 03.8.2021, DJe 21.10.2021), os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição estendem-se em relação aos **servidores públicos efetivos** apenas na medida dos direitos relacionados no art. 39, § 3º, da Constituição, que, todavia, **não abrangem a garantia de um piso nacional**.

Isso ocorre justamente porque não cabe à União definir o piso remuneratório dos servidores públicos efetivos de outras unidades da Federação.

20. O mesmo não pode ser dito no que concerne **aos empregados públicos celetistas**, pois, estando tais agentes públicos protegidos por

**ADPF 53 ED / PI**

garantias idênticas àquelas asseguradas aos trabalhadores em geral, acham-se igualmente protegidos tanto pelo direito ao salário-mínimo nacional (CF, art. 4º, IV) quanto pelo benefício do piso salarial mínimo (CF, art. 7º, V), quando houver lei que o institua para a categoria.

Tal como expressamente consignado no voto por mim proferido, “o piso salarial pode ser instituído **não apenas** por Lei nacional, mas também por **leis estaduais e distritais** (por força de delegação legislativa da União operada através da LC nº 103/00 que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituírem, nos seus respectivos territórios, o piso salarial previsto no art. 7º, V, da Constituição) ou, até mesmo, por **sentenças normativas** da Justiça do Trabalho e por **convenções ou acordos coletivos de trabalho**”.

Vê-se que a própria Constituição Federal **outorgou à União** a competência para **fixar o piso salarial mínimo** das categorias profissionais regidas pela legislação trabalhista (CF, art. 22, I, c/c o art. 7º, V).

Oportuno registrar que essa competência legislativa foi objeto de delegação pela União aos Estados e ao Distrito Federal por meio da LC 103/00, editada com fundamento no art. 22, parágrafo único, da Constituição. Ocorre que essa delegação, nos termos do art. 1º, caput, da LC 103/00, restringe-se às **categorias “que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho”**. Como a Lei nº 4.950-A/66, editada pela União, já define o piso salarial para os engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários, não cabe aos Estados dispor em sentido contrário sobre o patamar salarial mínimo para tais profissionais.

**21.** Em conclusão, também nesse ponto os embargos manifestam mero inconformismo com aspectos da decisão que foram objeto de específica apreciação no julgamento de mérito.

**Suposta quebra da isonomia entre os trabalhadores**

**22.** Aduz o Governador do Estado do Piauí que a adoção da técnica do “congelamento” da base de cálculo acarretaria quebra da

**ADPF 53 ED / PI**

isonomia entre os **antigos** empregados – que teriam o valor de suas remunerações definidos pelas regras de mercado e por negociações coletivas – e os empregados **novos**, cujo salário seria congelado em valor fixo e imutável.

23. Aqui não se trata de inconformismo com a decisão, mas de **descompreensão** dos seus termos. Transcrevo os argumentos deduzidos pelo embargante:

“A definição de congelamento a partir da data de publicação da ata de julgamento, **traz como consequência uma distorção salarial** entre empregados novos que **terão seus salários fixados nos valores definidos (congelados)** na data de publicação da ata de julgamento; e os antigos, que estão a seguir desde a prolação da liminar, critérios de reajuste das remunerações definidas pelo mercado de trabalho, a partir de índices oficiais de correção dos salários, através de negociação coletiva.

A permanecer o critério do julgamento, quanto ao momento de definição do piso, **ter-se-á a potencialização para o ajuizamento de inúmeras ações de equiparação salarial** entre trabalhadores profissionais de engenharia, química, arquitetura, agronomia e veterinária, da mesma empresa que, exercendo a mesma função, no mesmo local de trabalho, **receberão salários diferentes, uma vez que os empregados mais modernos receberão salários mais altos que os empregados mais antigos**. Assim, por via reflexa, ter-se-á a atualização automática dos salários, com base no salário-mínimo vigente na data da publicação da ata, justamente o que busca impedir esse egrégio Supremo Tribunal Federal, o que se afigura contraditório.”

24. Como se vê, o embargante faz uma clara confusão entre as noções conceituais de **salário mensal** e **piso salarial**.

25. O salário mensal do trabalhador é a importância fixa estipulada no contrato como contraprestação pelo serviço, adicionadas as demais parcelas remuneratórias (adicionais, gratificações, etc). Pode ter valor

**ADPF 53 ED / PI**

**equivalente** ao piso salarial **ou superior**, jamais inferior. A quantia a ser efetivamente paga a título de salário mensal individual varia de acordo com as qualificações do empregado, as condições de mercado e a situação econômica de cada região, observados os princípios da autonomia negocial e a regra da isonomia entre os trabalhadores.

Por sua vez, o piso salarial, assim como o salário-mínimo, **apenas estipula um valor mínimo para o salário mensal**. É uma garantia mínima que assegura ao trabalhador remuneração compatível com extensão e a complexidade dos seus serviços.

26. De modo algum o piso salarial pode ser compreendido como forma de tabelamento dos salários. O piso apenas estipula a referência mínima. Um limite irredutível.

27. A técnica do “congelamento” desvincula o piso salarial estipulado em certo número de salários-mínimos dos aumentos periódicos a que essa base de cálculo está sujeita. Toma-se em substituição ao número de salários-mínimos o valor a eles correspondente e fixa-se o piso nesse valor.

28. No caso, a ata da sessão de julgamento foi **publicada em 03.03.2022**. Naquele dia, o valor do salário-mínimo nacional era de **R\$ 1.212,00** (mil, duzentos de doze reais), conforme estabelecido pela **MP 1.091, de 30 de dezembro de 2021**, convertida na Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022.

29. Conforme os critérios fixados por esta Corte, os empregados públicos celetistas contratados como engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários que, nos termos do art. 5º da Lei nº 4.950-A/66, tinham direito ao piso estipulado em 06 (seis) salários mínimos, **passaram**, após a data da publicação da ata de julgamento, **a ter seu piso fixado no valor de R\$ 7.272,00** (sete mil, duzentos e setenta e dois reais).

30. Isso não quer dizer que o salário desses profissionais será necessariamente de R\$ 7.272,00, significa apenas que este é o valor salarial mínimo para tais categorias. Na prática, os engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários regidos pelo vínculo celetista **podem ganhar mais**, de acordo com cada região e condições contratuais. **Nunca**

**ADPF 53 ED / PI**

**menos.**

**31. Futuros reajustes, revisões e atualizações salariais** serão estabelecidas **somente** por meio dos instrumentos convencionais próprios às relações de trabalho (acordos individuais, contratos coletivos de trabalho ou sentenças normativas) **ou** por meio de lei federal que fixe novo valor. Eventuais modificações no salário-mínimo nacional não produzirão mais nenhuma repercussão financeira em tais contratos de trabalho.

**32. A decisão não produz efeitos financeiros** no período anterior à data da publicação da ata de julgamento. Empregados antigos que percebiam mensalmente valores superiores **R\$ 7.272,00** (sete mil, duzentos e setenta e dois reais) preservarão o mesmo patamar salarial, sem quaisquer alterações, por força do princípio da irredutibilidade salarial e também porque o piso salarial não obsta a contratação de salários superiores a ele. Empregados novos deverão ser contratados pelo valor mínimo de **R\$ 7.272,00** (sete mil, duzentos e setenta e dois reais), pois esse é o piso salarial. Nada impede, contudo, que também sejam contratados por valores superiores. Tanto os empregados antigos como os novos **terão seus salários futuros atualizados pelas vias negociais** (acordos individuais ou contratos coletivos), **pelas vias judiciais** (sentenças normativas) **ou pelas vias legais** (lei federal). **Nenhum trabalhador sofrerá congelamento de salários**, essa prática seria absurda e totalmente contrária as termos da decisão embargada.

**33. Nada justifica, desse modo, a alegação de que os empregados novos e antigos sofrerão distorção salarial e receberão suas remunerações atreladas a critérios diversos. A decisão embargada em nenhum momento determina o congelamento de salários**, mas o congelamento do valor do piso salarial, que é mera referência. Os trabalhadores não são remunerados por pisos salariais, são remunerados por salários! Tanto os empregados antigos quanto os novos poderão ter suas remunerações reajustadas ou fixadas **em conformidade com o princípio da autonomia das partes ou das negociações coletivas**, mas essa autonomia sujeita-se a

**ADPF 53 ED / PI**

um limite mínimo que é o piso salarial. Antes o piso estava atrelado ao valor instável dos salários-mínimos, agora está fixado em um valor certo e determinado expresso em quantia monetária definida, até que seja reajustados pelas vias já especificadas.

34. A discussão referente às diferenças conceituais e jurídicas entre salário-mínimo, salario mensal e piso salarial foi objeto de capítulo específico da decisão embargada, não havendo qualquer omissão quanto a esse tópico no acórdão recorrido.

**Efeitos do julgado em relação às repercussões financeiras futuras de decisões judiciais transitadas em julgado**

35. Alega-se nos embargos do Governador do Estado do Pará que a decisão teria sido omissa quanto a seus efeitos em relação aos trabalhadores beneficiados por decisões transitadas em julgado que ainda produzem repercussões financeiras presentes.

36. Consignou-se expressamente no acórdão que as arguições de descumprimento **não foram conhecidas** no ponto em que impugnavam a **validade jurídica** das decisões transitadas em julgado.

37. Por outro lado, mesmo transitadas em julgado, algumas decisões podem ainda estar produzindo efeitos em decorrência da natureza sucessiva das prestações salariais, que se caracterizam como obrigações de trato sucessivo.

38. A decisão foi clara e objetiva ao definir que o critério a ser utilizado para a definição do valor do piso salarial seria o valor do salário-mínimo **vigente na data da publicação da ata da sessão de julgamento**. Ou seja, desde o dia que ocorreu essa publicação, o piso salarial dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários equivale ao valor **do número de salários-mínimos** previstos para cada uma dessas categorias na Lei nº 4.950-A/66 multiplicado por **R\$ 1.212,00** (mil, duzentos de doze reais).

39. Como dito, todos os trabalhadores que, **antes da data da publicação da ata**, ganhavam menos do que o valor resultante desse



**ADPF 53 ED / PI**

cálculo terão direito ao reajuste. Não estão enquadrados nessa situação apenas os trabalhadores **que já recebem mais** do que esse valor, pois o piso estabelece somente o limite mínimo, nunca o patamar máximo.

40. Também os trabalhadores beneficiados por decisões transitadas em julgado terão idêntico direito, **apenas em relação às parcelas que vencerem após a data da publicação da ata.**

41. Como se sabe, as decisões judiciais proferidas em causas envolvendo relações jurídicas de trato continuado **constituem sentenças instáveis** (José Frederico Marques), assim denominadas porque a coisa julgada por elas formada opera conforme a cláusula “*rebus sic stantibus*”. A imutabilidade que qualifica a coisa julgada **não atinge**, nas relações de trato sucessivo, **as modificações supervenientes** verificadas em relação ao estado de fato ou de direito da decisão (CPC, art. 505).

42. No caso, isso importa em reconhecer que, **mesmo as decisões transitadas em julgado**, por envolverem obrigações de trato sucessivo, terão seus **efeitos contínuos atingidos** pela decisão proferida nesta causa, que modificou o quadro existente no plano normativo.

43. Desse modo, aqueles trabalhadores beneficiados por decisões transitadas em julgado que **percebiam menos** do que o piso resultante do “congelamento” determinado por esta Corte **terão direito ao reajuste**, mas somente em relação às **parcelas vencidas após a publicação da ata de julgamento**. A decisão não produz efeitos retroativos à data da sentença individual proferida em favor do trabalhador. As verbas pagas até o marco determinado nestas ADPFs não sofrerão quaisquer reajustes, apenas as parcelas posteriores à data fixada como termo inicial dos efeitos do julgamento de mérito proferido nestes autos.

44. De outro lado, os trabalhadores que recebiam **salário maior** que o piso fixado por esta Corte não sofrerão, imediatamente, nenhum reajuste, pois gozam da garantia da irredutibilidade salarial. Somente se, no futuro, por alguma razão que só se cogita em tese, seus salários se tornarem obsoletos ao ponto do valor atingir equivalência com o piso, nesse caso, observar-se-á, também em relação a eles, a garantia do piso estipulado nestes autos.

**ADPF 53 ED / PI**

45. Seja qual for a situação, **sobrevindo nova lei federal** modificadora do valor do piso salarial discutido nesta demanda, **restarão exauridos** os efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

46. Em suma, embora inexistente, no ponto, omissão no acórdão embargado, **entendo necessário explicitar tais esclarecimentos**, para evitar a implementação executiva errônea do precedente firmado por esta Corte.

**Conclusões**

47. Ante o exposto, **conheço** dos recurso e **acolho parcialmente** os embargos de declaração, **apenas para prestar esclarecimentos**, nos termos do voto proferido.

**É como voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 53**

PROCED. : PIAUÍ

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

EMBTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS  
- FISENGE

ADV.(A/S) : MÁRIO SÉRGIO MEDEIROS PINHEIRO (61376/RJ) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ -  
SENGE-PR

ADV.(A/S) : GIANI CRISTINA AMORIM (21575/PR) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA  
CATARINA

ADV.(A/S) : SANDRA MARANGONI (10763/SC) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS MEDICOS VETERINARIOS

ADV.(A/S) : MIRIVALDO AQUINO DE CAMPOS (SC006580/) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ARQUITETURA E  
ENGENHARIA CONSULTIVA - SINAENCO

ADV.(A/S) : BENEDICTO PEREIRA PORTO NETO (88465/SP) E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE ENGENHEIROS  
FERROVIÁRIOS - FAEF

ADV.(A/S) : JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO (57572/DF) E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

(PROCESSOS NºS 01064/04, 00001/06, 00069/06, 00073/06, 00074/06,  
00075/06, 00077/06, 00080, 00081/06, 00082/06, 00083/06, 00084/06,  
00085/06, 00086/06, 00087/06, 00088/06, 00089/06, 00090/06,  
00091/06, 00092/06, 000093/06, 00094/06, 00095/06, 00096/06,  
00097/06, 00098/06, 00099/06, 00100/06, 00101/ 06/, 00102/06,  
00103/06, 00106/06, 00107/06, 00108/06, 00109/06, 00110/06,  
00111/06, 00112/06, 00113/06, 00114/06, 00115/06, 00116/06,  
00119/06, 00121/06, 00123/06, 00124/06, 00125/06, 00127/06,  
00128/06, 00129/06, 00130/06, 00131/06, 00132/06, 00133/06,  
00134/06, 00135/06, 00136/06, 00137/06, 00138/06, 00139/06,  
00140/06, 00141/06, 00143/06, 00144/06, 00145/06, 00146/06,  
147/06, 00148/06, 00149/06, 00150/06, 00151/06, 00152/06,  
00153/06, 00154/06, 00156/06, 00159/06, 00165/06, 00176/06,  
00181/06, 00182/06, 00183/06, 00184/06, 00191/06, 0192/06,  
00193/06, 00194/06, 0198/06, 0199/06, 00200/06, 00202/06,  
00559/06, 00911/06, 00986/06, 00987/06, 00988/06, 00989/06,  
00990/06, 00991/06, 00992/06, 00993/06, 00994/06, 00995/06,  
00996/06, 00997/06, 00998/06, 00999/06, 01000/06, 01001/06,  
01002/06, 01003/06, 01004/06, 01005/06, 01007/06, 01009/06,  
01010/06, 01011/06, 01012/06, 01013/06, 01014/06, 01015/06,  
01016/06, 01017/06, 01018/06, 01019/06, 01020/06, 01021/06,

01022/06, 01023/06, 01024/06, 01025/06, 01026/06, 01027/06,  
01028/06, 01029/06, 01030/06, 01031/06, 01032/06, 01033/06,  
01034/06, 01035/06, 01036/06, 01037/06, 01039/06, 01040/06,  
01041/06, 01042/06)

INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PIAUI

**Decisão:** (ED) O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e os acolheu parcialmente, apenas para prestar esclarecimentos, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 24.6.2022 a 1.7.2022.

Composição: Ministros Luiz Fux (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário

## **TABELA REFERENCIA PARA CARGA HORARIA DE RT**

### **1. INDÚSTRIAS E COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES**

#### **1.1 MATADOUROS FRIGORÍFICOS:**

Enquanto estiver ocorrendo atividade de abate e/ou manipulação no estabelecimento.

#### **1.2 FÁBRICAS DE CONSERVAS E/OU EMBUTIDOS:**

Até 1.500 kg / dia 02 horas/dia

De 1.500 a 10.000 kg / dia 04 horas/dia

Acima de 10.000 kg / dia 08 horas/dia

#### **1.3 ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS:**

Até 75 t / mês 01 hora/dia

De 75 a 150 t / mês 02 horas/dia

De 150 a 500 t / mês 04 horas/dia

Acima de 500 t / mês 06 horas/dia

#### **1.4 INDÚSTRIAS DE SUBPRODUTOS DERIVADOS:**

Mínimo de 02 (horas) hora/dia ou 12 (doze) horas semanais.

#### **1.5 ABATEDOUROS DE AVES:**

Mínimo de 02 (duas) horas/dia ou 12 (doze) horas semanais.

#### **1.6 COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES:**

Mínimo de 01 hora/dia ou 06 (seis) horas semanais.

### **2. INDÚSTRIAS E COMERCIALIZAÇÃO DE LATICÍNIOS**

#### **2.1 Postos de resfriamento de leite:**

Até 30.000 lt /dia 02 horas/dia

Acima de 30.000 lt /dia 03 horas/dia

#### **2.2 Usinas de beneficiamento:**

Até 2.000 lt /dia 01 hora/dia

De 2.001 lt /dia à 15.000 lt /dia 02 horas/dia

Acima de 15.001 lt /dia 03 horas/dia

#### **2.3 Fábricas de laticínios:**

Até 1.000 kg/dia 02 hora/dia

De 1.001 kg/dia à 3.000 kg/dia 03 horas/dia

Acima de 3.001 kg/dia 04 horas/dia

#### **2.4 Comercialização de laticínios:**

Mínimo de 01 hora/dia ou 06 (seis) horas semanais.

### **3. INDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO**

#### **3.1 Entrepostos de pescado:**

Até 5.000 kg/dia 01 hora/dia

Acima 5.000 kg/dia 02 horas/dia

#### **3.2 Fábricas de conserva de pescado:**

Até 5.000 kg/dia 01 hora/dia

Acima 5.000 kg/dia 02 horas/dia

#### **3.3 Comercialização de pescado:**

(Mínimo de 01 hora/dia ou 06 (seis) horas semanais)

#### **4.ENTREPOSTOS DE MEL E DERIVADOS**

Até 5.000 Kg/dia 06 horas/semana

Acima de 5.000 Kg/dia 10 horas/semana

#### **5.ENTREPOSTOS DE OVOS:**

Até 50cx 30dz/dia 01 hora/dia

Acima de 50cx 30dz/dia 02 horas/dia

#### **6.INDÚSTRIAS DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO**

O RT deve permanecer no estabelecimento, enquanto estiver ocorrendo atividade industrial.

#### **7.ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZEM E/OU DISTRIBUEM PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO, RAÇÕES, INGREDIENTES DE RAÇÕES E ANIMAIS VIVOS.**

Mínimo de 06 (seis) horas semanais.

#### **8.HOSPITAIS, CLÍNICAS, CONSULTÓRIOS, AMBULATÓRIOS.**

40 (Quarenta) horas semanais ou enquanto estiver ocorrendo atividade.

#### **9.LABORATÓRIOS DE PATOLOGIA, ANÁLISES CLÍNICAS E FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO.**

40 (Quarenta) horas semanais ou enquanto estiver ocorrendo atividade

#### **10.ESTABELECIMENTO DE REPRODUÇÃO ANIMAL**

Enquanto tiver atividade no estabelecimento ou 40 (Quarenta) horas semanais, se for estabelecimento prestação de serviços.

#### **11.EMPRESA DE CONTROLE DE ANIMAIS SINANTRÓPICOS:**

Mínimo de 20 (vinte) horas semanais

#### **12.CENTROS DE ZOONOSES**

40 (quarenta) horas semanais

#### **13.INDÚSTRIAS DE PELES E COUROS**

12 (doze) horas semanais.

#### **14.ZOOLÓGICOS E CRIATÓRIOS DE ANIMAIS SILVESTRES**

**14.1** Zoológicos: 40 (quarenta) horas semanais.

**14.2** Criatórios conservacionistas e científicos: 06 (seis) horas semanais.

**14.3** Criatórios comerciais pessoa jurídica: 06 (seis) horas semanais.

**14.4** Criatórios comerciais pessoa física: 06(seis) horas semanais ou conforme contrato entre as partes.

**14.5** Associações Ornitológicas e Ictiológicos: 06 (seis) horas semanais ou conforme o contrato entre as partes.

## **15. SUPERMERCADOS**

A carga horária mínima deve ser de 01 a 02 horas dia/loja a depender da dimensão do estabelecimento ou do contrato entre as partes.

## **16. EXPOSIÇÕES, FEIRAS, LEILÕES, RODEIOS E OUTROS EVENTOS DE CONCENTRAÇÃO DE ANIMAIS.**

Conforme Programação do Evento.

## **17. ENTIDADES CERTIFICADORAS (RASTREABILIDADE)**

De acordo com a necessidade de serviço.

## **18. EMPRESAS DE PLANEJAMENTO E CONSULTORIA MÉDICO VETERINÁRIA OU ZOOTÉCNICA:**

Conforme contratos entre as partes

## **19. ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES E ENTIDADES DE REGISTRO GENEALÓGICO:**

12 Horas semanais.

## **20. INDÚSTRIA DE PRODUTOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL**

A presença do profissional, nos estabelecimentos industriais, será de no mínimo 06 (seis) horas semanais ou conforme o volume de produção e acordo entre as partes.

## **21. AVICULTURA E/OU ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS**

40 (Quarenta) horas semanais.

## **22. ESTRUTIOCULTURA**

O Responsável técnico (RT), face as condições especiais desse novo ramo de atividade deverá estabelecer a sua carga horária conforme entendimentos com o empregador.

## **23. EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DE ATIVIDADES ZOOTÉCNICAS**

Propriedades caracterizadas como pessoa jurídica: mínimo de 06 (seis) horas semanais. Propriedades caracterizadas como pessoa física:

conforme acordo entre as partes.

**24. PISCICULTURA; 25. CARCINICULTURA; 26. MALACOCULTURA ;  
27. RANICULTURA; 28. MINHOCULTURA; 29. APICULTURA  
30. SERICICULTURA.**

Mínimo de 06 (seis) horas semanais.

### **ANEXO 03 - TABELA DE HONORÁRIOS**

**Honorários mínimos a serem cobrados sobre a atividade de Responsável Técnico  
equivalem a Carga Horária Semanal x 0,2**

#### **Exemplo**

Para 06 horas semanais 1,2 salários mínimos  
Para 12 horas semanais 2,4 salários mínimos  
Para 18 horas semanais 3,6 salários mínimos  
Para 24 horas semanais 4,8 salários mínimos  
Para 30 horas semanais 6,0 salários mínimos  
Para 36 horas semanais 7,2 salários mínimos  
Para 40 horas semanais 8,0 salários mínimos